



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 03/04/84

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado GUSTAVO NEIVA

para relatar.

Em 7/4/84

[Assinatura]  
Presidente Comissão de Constituição e Justiça

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
Gabinete do Dep. GUSTAVO NEIVA

---

**PROCESSO: AL-7859/14**  
**PROJETO DE LEI nº 19/14**  
**AUTOR: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ.**  
**RELATOR: DEP. GUSTAVO NEIVA**

**I- Do relatório**

Nos termos regimentais, veio a este Parlamentar para o devido parecer o Projeto de Lei nº 19/14 de autoria do Governo do Estado do Piauí.

Trata-se de Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a proceder à cessão de uso do imóvel pertencente ao patrimônio imobiliário do Estado do Piauí, situado na Av. Dr. Luiz Pires Chaves, S/N, Bairro-Saci, CEP: 64.020-200 no Município de Teresina –PI, para a instalação do Centro Educação Profissional Básica e continuada do SENAI/SESI, por meio da Federação das Indústrias do Estado do Piauí- FIEPI, e dá outras providências.

Pela proposição, o imóvel objeto da presente cessão será revertido ao patrimônio imobiliário do Estado em caso de destinação diversa do que propõe o presente projeto de lei.

Em apertada síntese, é o RELATÓRIO.

**II- Da fundamentação**

**II.1- Da constitucionalidade formal – por competência de iniciativa da proposição.**

A inteligência do art. 75, *caput*, da Constituição Estadual indica a competência para iniciativa da presente proposição por parte do Governo do Estado<sup>1</sup>.

**II.2- Da constitucionalidade material: atendimento aos requisitos constantes no art. 18 da Constituição do Estado do Piauí.**

Art. 18. A alienação de bens imóveis do Estado do Piauí e de suas entidades da administração indireta dependerá:

(...)

II - De autorização legislativa, quando o imóvel for do Estado, de suas autarquias ou fundações públicas.

(...)

§ 1º Os bens imóveis do Estado e de suas entidades da administração indireta não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita por terceiros, **salvo nos casos de assentamento de fins sociais** ou de o beneficiário for órgão ou

---

1 A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, **ao Governador do Estado**, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. (Grifo não constante do texto original).

/ /

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
Gabinete do Dep. GUSTAVO NEIVA

entidade da administração pública, de qualquer esfera, sempre mediante autorização legislativa, na forma prevista no inciso II do *caput*. (Grifo não constante do texto original).

Como se observa, o presente Projeto de Lei propõe a cessão do imóvel retro referido para a instalação do Centro de Educação Básica e continuada do SENAI/SESI, o que demonstra com grande clareza os fins sociais a que se destina a presente proposição, estando, assim, dentro da exceção albergada no § 1º do Art. 18 da Constituição Estadual.

**III. Do voto do Relator:**

Pelo exposto, ao sentir desta relatoria, o Projeto de Lei em tela encontra-se dentro dos parâmetros exigidos para a normal tramitação, no que opinamos por voto FAVORÁVEL a presente proposição.

**IV. Do voto da Comissão:**

A Comissão de Constituição e Justiça, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir, depois de apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos:

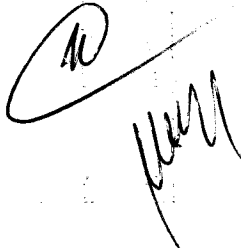
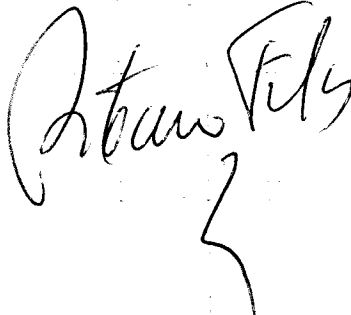
( ) Pelo **ACATAMENTO do voto do Relator:**

( ) Pela **REJEIÇÃO do voto do Relator:**

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em 29 de abril de 2014.

  
**DEP. GUSTAVONEIVA**

**RELATOR**

  
  
APROVADO A UNANIMIDADE  
em 06 05 2014  
Presidente da Comissão de  
Justiça